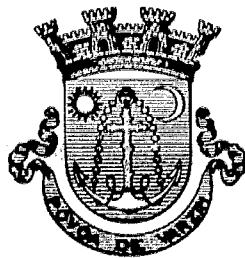


PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



VOL. VI

1967

N.º 2

EDIÇÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL

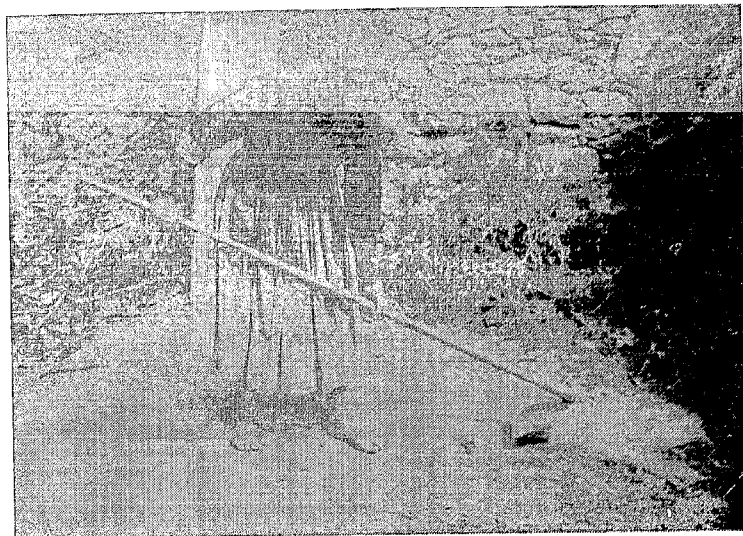


Fig. 16 — Aguçadoura. Mulher com traje da semana. Enxada.

FÓRMULAS DE AGRADECIMENTO

"Obrigado", "aguardecido", ou então, "muito obrigado, muito aguardecido".

Como réplica ao agradecimento dizem, geralmente: "não por isso".

FÓRMULAS DE DESPEDIDA

"Inté mai logo"; "inté amanhã"; "adeus"; "inté quando nos birmos".

A pessoa que fica responde: "bai lá", "bai cum Deus".

Se se trata de uma despedida por motivo de viagem, dizem: "Deus te dê boa biage"; "Deus t'ajude".

(continua)

FRANCISCO GOMES DE AMORIM

(13-VIII-1827 — 4-XI-1891)

NOTAS PARA UM ESTUDO

(conclusão)

por CRUZ MALPIQUE

CASA PATERNA

Ignoramos se Gomes de Amorim, depois de regressar do Brasil, resolveu que a moradia dos pais, em Avelomar, fosse conservada no estado em que eles a deixaram. Não nos custa, porém, crer que ele esteja, em boa parte, metido na pele sentimental daquele Domingos do seu romance *As duas fiandeiras*. Com efeito, aí escreveu ele as seguintes considerações:

«Domingos não quisera que se tocasse na casa em que nasceu, e onde seu pai tinha morrido. Como todos os homens que passam no desterro os primeiros e os melhores anos da vida, sentira fortalecer com a ausência o apego ao lar, e voltara à pátria, trazido pelo amor e as saudades do passado. Em vez de destruir a humilde habitação paterna, como todos os *parvenus*, para sumir os vestígios da sua origem plebeia, e dos seus anos de miséria, pedira sempre à mãe e às irmãs que a conservassem religiosamente, como era dantes. Não a restaurou, assassinando a poesia das doces recordações da infância; nem sequer consentiu que a caiassem; ou que mãos ímpias e profanadoras destruíssem as heras, que lhe vestiam graciosamente as paredes. Para fazer a nova habitação, adquiriu os terrenos contíguos ao modestíssimo cerrado, onde dera os primeiros passos. Murou-os em roda, abrindo porta para o antigo quintal; e deixou neste tudo como estava. A casa em que nascera destinava-a para sua biblioteca, e para oratório de sua mãe e irmãs: lugar de estudo e de oração, porque

encerrava, sempre viva, a memória do passado, com a lição e exemplo de seu pai, homem pobre e rude, mas virtuoso e honrado» (1).

Mesmo que as palavras transcritas não se ajustem integralmente à situação de Gomes de Amorim, presumimos, todavia, que não se afastem muito do estado de alma em que ele viveu depois de regressar do seu voluntário exílio no Brasil.

NOBREZA «SUI GENERIS»

Judiciosas as considerações de Gomes de Amorim quando, a páginas tantas de *As duas fiandeiras*, diz:

«A nobreza não está no sangue nem nos pergaminhos, antigos ou modernos: está no coração e nas maneiras. Podem-se contar quinhentos avós e ter-se ares de peixeiro e acções de agiota; assim como se pode nascer numa cabana e adquirir o gosto e os modos de príncipes bem educados. Depende da inteligência, da vontade, do sentimento, e do meio em que se vive. A falta destas quatro circunstâncias reunidas explica muita elegância falsa, muita fidalguia mal criada, muito pataco macanjo (como dizem os fadistas), tanto entre a aristocracia de sangue, como entre a do dinheiro» (2).

Verdades axiomáticas são as que aí ficam. O convívio com o nosso semelhante ilustra largamente essas verdades.

A propósito — muito a propósito — nos ocorre aqui certo aforismo de Madame Lambert: «Se plebeu é ser a má-criação em pessoa, a Corte está cheia de plebeus!»

Gomes de Amorim não vinha de cepa aristocrática, pelo sangue. Podemos, porém, afoitamente, dizer, que ele foi um aristocrata de maneira, um *gentleman* que a si próprio se fez, principalmente por obra e graça do seu convívio e, nesse particular, não deve ter pesado pouco a sua intimidade com o seu superior amigo Almeida Garrett, fina flor dos *gentlemen*. Não lhe faltou alto sentimento da delicadeza, da cortesia e da amabilidade. Não foi um *parvenu* pretensioso. Aprendeu, bem aprendida, a lição da elegância moral.

(1) *As duas fiandeiras*, pp. 275-76, Lisboa, 1881.

(2) *As duas fiandeiras*, pp. 358-59, Lisboa, 1881.

EPISÓDIO DAS LUTAS LIBERAIS

No seu romance de costumes populares *As duas fiandeiras*, no capítulo *Revolucionários minhotos*, deu Gomes de Amorim notícia do que foi a sua colaboração nas lutas políticas de então:

«Por este tempo, chegava ao apogeu da sua glória a famosa revolução de Maria da Fonte, para a qual certo escrevinhador [Gomes de Amorim] confessa, hoje, humildemente, à face da história, ter também contribuído, com os seus pulmões e com a espingarda ferrugenta, incapaz de dar um tiro, que lhe emprestou Manuel Fernandes, do Lameiro.

Eram... do mês de Maio ou de Junho de 1846, e havia feira em Vila do Conde. O forte da Guia, na foz do Ave, tinha por guarnição alguns veteranos, que não queriam entregar o castelo às forças populares. Um homenzinho da Póvoa, a quem tinham posto a alcunha de *Caneco*, tentara parodiar, naquela vila, os tiranetes antigos. Os patriotas poveiros azoaram com a brincadeira; mas, não tendo a resolução para lhe resistir com armas, resistiam com os lombos às pauladas com que ele os mandava mimosear a cada hora. Quando o movimento popular se generalizou na província, os pescadores, com as costas quentes pelas mulheres revolucionárias (!) correram à casa do *Caneco*, armados... de redes, para o pescar. O homenzinho conseguiu, porém, passar pela malha, como simples carapau; e foi refugiar-se no castelo da Guia.

Domingos Rosmaninho, Joaquim Bento, e outro moço, avelomarense [Gomes de Amorim], voltavam do Porto, no citado dia da feira em Vila do Conde. Tinham estado todos três na vila da Neta, conspirando, com José da Silva Passos, o mais cómico de quantos conspiradores tem havido no mundo. José Passos abraçara-os, chamando-lhes patriotas, e dissera-lhes que era a maior das vergonhas, para Vila do Conde e para a Póvoa, não se terem aquelas duas terras levantado ainda «em massa», como a maioria das outras vilas do Minho. Os três avelomarense sentiram-se feridos no seu amor próprio de campanário; cresceram dois palmos cada um com o abraço patriótico do eterno conspirador, e juravam que iriam dar cabo de todos os inimigos do povo.

Foi nestas disposições belicosas que chegaram à feira, às nove horas da manhã do dia referido. Ali, souberam dos sucessos da véspera, e assentaram de provar imediatamente o ânimo valeroso, tomando de assalto o forte da foz do Ave. Um deles [Gomes de Amorim] subiu a um carro de bois e começou a arengar às turbas. Quando viu que mais de duzentos homens o escutavam, armados de varapaus, aguilhões, chuços, espingardas, sabres, alabardas, tudo comido de ferrugem, e virgem de sangue



O Castelo de Vila do Conde, junto do qual teve lugar, em 1846, a ocorrência política em que Gomes de Amorim tomou parte.

humano, o orador fez sentir o horroroso descrédito que infamaria todos os ouvintes, se doze velhos, estropiados, continuassem a zombar impunemente da soberania popular. O discurso, menos mal calculado para agitar corações incautos, produziu o seu natural efeito.

— Vamos a eles! — gritou a turbamulta.

O Demóstenes de feira [Gomes de Amorim, não o esqueçamos] pediu a espingarda a Manuel do Lameiro, que apareceu entre os feirantes; pôs-se à frente do povo, com dois oficiais militares, e dirigiram-se ao campo descoberto, que separa o castelo da vila. Apenas, porém, a multidão saiu detrás do monte, em que se levanta a ermida de Nosso Senhor do Socorro, gritou uma voz:

— Fugam, que eles vão deitar fogo às peças!» (1)

Não daremos aqui contas das várias e baldadas tentativas para o assalto ao castelo. Gomes de Amorim, o tribuno da emergência, voltou a falar, e nos seguintes termos o fez:

«É vergonha, é covardia, é desonra para nós todos, se não tomarmos aquela praça, quer ela preste, quer não. E eu protesto que hei-de lá entrar, hoje, custe o que custar».

Não o acreditava o povo, que até fez menção de o maltratar, chegando a admitir que ele se iria passar para o lado inimigo. Voltou o nosso homem a falar, e era urgente que falasse, diziam os circunstantes:

— «É aviar, que o sol racha as cabeças».

Ao que o orador respondeu:

— «Quem não pode apanhar sol e chuva, sofra, sem se queixar, a perda dos seus direitos e da sua liberdade; quem tem medo, mete-se em casa, paga os tributos que lhe pedem, embora sejam injustos; e, quando não tiver dinheiro, dê a pele. Eu não tenho medo; não me preocupo com o calor nem com o frio; e logo que me consagrei ao partido popular, fiquei sabendo que me associava ao partido da ingratidão. Sou muito moço e muito obscuro; mas a minha vida vale tanto como qualquer outra. Não a exponho, para ganhar empregos nem postos. Sirvo esta causa, só porque é do povo, cujo sou também...»

Gomes de Amorim ofereceu-se para ir falar com os da guarnição.

Atou o lenço branco ao cano da espingarda, levantou esta pela coronha, e encaminhou-se resolutamente para o castelo.

(1) *As duas Bandeiras*, pp. 209-211, Lisboa, 1881.

Tão perfeita argumentação usou que o comandante mandou abrir a porta, e perguntou ao parlamentar que pretendia o povo. Resposta:

— «Que se lhe entregue a praça, com o homem da Póvoa, que veio aqui refugiar-se. A guarnição será desarmada, e esperará, na vila, as ordens do governo, garantindo-se-lhe que continuará a receber *pret*, como até aqui, e que não lhe será imposta nenhuma pena.

— O *Caneco*, da Póvoa, fugiu esta noite numa catraia, para o Porto. Aceitamos as outras condições de capitulação; mas queremos saber como se há-de proceder quanto à bandeira da rainha.

— A bandeira da rainha é a bandeira nacional, e da liberdade portuguesa. A dinastia nada tem que ver com isto. Avia-se um momento; depois de entregue a praça, tornará a içar-se e será saudada com vinte e um tiros.

— Estamos de acordo».

E tudo assim se fez. Chegam notícias do Porto assegurando o triunfo dos setembristas. Fez-se a convenção de Gramido, e caiu o ministério. Os novos ministros eram, além doutros, o duque de Palmela e Mouzinho.

E logo o povo:

— Gente de leil Vivam os setembristas! Viva o Palmela! Viva José Passos! Viva tudo! Viva! Viva!»

E agora o resto, referido por Gomes de Amorim:

— «Enquanto um oficial de artilharia tomava conta do castelo e lhe metia outra guarnição, correu o povo em massa, com o correio [do Porto], a casa do presidente da câmara, a quem entregou os officios. Num momento se reuniram todas as autoridades no edificio da municipalidade, que se adornou de bandeiras, sendo uma delas branca, bordada a cetim, e oferecida pelas freiras de Santa Clara, que se entusiasmaram muito, persuadidas de que ia voltar D. Miguel, para o qual haviam bordado aquele mimo. Toda a vila tomou ar de festa. As autoridades, seguidas por mais de duas mil pessoas, e precedidas da indispensável filarmónica, dirigiram-se à igreja matriz, onde se cantou solene *Te Deum*. Findo este, regressaram novamente aos paços do concelho. Todas as janelas, forradas com colchas de cores variegadas, estavam cheias de formosas mulheres, vestidas de branco, acenando com os lenços, correspondendo aos vivas, e lançando sobre a multidão continua chuva de flores. Repicavam os sinos, salvava o castelo, estalavam os foguetes e morteiros, tocava-se e cantava-se o hino do Minho, ou da Maria da Fonte, e os oradores mais resolutos da edilidade vilacondense faziam

discursos patrióticos, que eram aplaudidos com delirante entusiasmo» (1).

E por detrás de todos estes acontecimentos está a figura simpática, desembaraçada, corajosa, comunicativa de Francisco Gomes de Amorim, moço de sangue na guelra!

Gomes de Amorim era um liberal de raiz. Um insubmisso temperamental. Foi, pois, dentro da lógica do seu temperamento, um soldado da liberdade. Biografava-se nos versos seguintes:

*Amei tudo quanto via
em liberdade viver;
tomei ódio à tirania,
jurei guerra ao seu poder;
e sem custo da metralha,
lá nos campos da batalha
contra ela o braço ergui;
já nas filas ignorado,
da liberdade soldado
o meu pendão defendi.*

PAGINAS SOBRE A RETIRADA DA FAMÍLIA REAL

Relativamente à saída da família real para o Brasil, por ocasião das invasões francesas, dividem-se as opiniões. A par dos que afirmam que a saída da família real para o Brasil representou uma fuga vergonhosa, afirmam outras que outra não podia ter sido a solução, para salvaguarda da soberania nacional. A saída, numa emergência daquela natureza, estava prevista, desde longa data (2).

(1) *Op. cit.*, pp. 220-221.

(2) O príncipe regente, ameaçado por Napoleão, teve de escolher entre a fuga e o cativo, ambos humilhantes para a nação que representava. A resolução que tomou, embora politicamente acertada e que tinha sido aconselhada de antemão por D. Luis da Cunha e Pombal, foi sempre mal entendida em Portugal. Agora, porém, é justificada, pela pena de um historiador do Brasil, que no livro fundamental, *D. João VI no Brasil*, mostra-se não só conhecedor do período e estilista, mas homem imparcial e de vistas largas. O Dr. Oliveira Lima retrata D. João assim como era, espírito inteligente e sensato, e carácter bondoso». — (Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, Esboço biográfico, pág. 272, nota 2, Coimbra, 1914).



Francisco Gomes de Amorim.

Gravura de E. Caetano Alberto, segundo uma fotografia de Carlos Relvas, inserta na revista *Ocidente*, vol. XIV, n.º 465, Lisboa, 21 de Novembro de 1891, p. 257

Gomes de Amorim, a propósito da entrada dos franceses em Portugal, deixou meia dúzia de páginas memoráveis. A título de peça antológica, aqui as vamos transcrever:

«Em 30 de Novembro de 1807 entrou em Lisboa o exército francês, chamado da *Gironda*, do comando do general Junot, depois duque de Abrantes. Os soldados de Napoleão, rotos, descalços, famintos e quase sem armas, dizimados pela doença e pela miséria, chegaram à capital, mais como mendigos que vinham pedir esmola e guarida do que como conquistadores. Diz uma testemunha presencial (1) que bastariam os rapazes da cidade para os pôr fora à pedrada. Mas o espírito de servilismo tinha envilecido por tal modo os habitantes, um regime político, baseado no fanatismo religioso, na ignorância fradesca e na tirania devassa, tinha corrompido e viciado tão profundamente o sentimento nacional, que ninguém ousou opor-se aos invasores! O exército estava desorganizado, sem municionamento, sem paga, sem oficiais, ou com eles inúteis. Desde a rainha idiota, o regente pusilânime, e a corte impudica, até ao mais ínfimo dos populares não havia senão provas irrecusáveis de decadência moral. Nem um único vestígio do patriotismo de outras eras, nem um só testemunho de que no cadáver apodrecido ainda respirasse a alma heróica do Portugal antigo. O marquês de Pombal, derrubando os jesuítas, galvanizara só por breves momentos esse corpo inanimado. Mas, logo após o seu governo, o morto recaiu no sepulcro; e os vermes da reacção começaram a devorá-lo. Só em alguns raros navios da marinha de guerra se viam reluzir a espaços os lampejos de quase extintos brios. Ficaram ali mais vivas e duradoiras as tradições do passado glorioso, que todavia se apagariam também logo ao hábito esterilizador dos governos fracos. Em terra, aniquilava-se tudo: em vez dos soldados da África e da Ásia, não havia senão frades e maus bispos. A corte compunha-se, com raras excepções, de fidalgos sem pundonor e de beatas sem honra; a realeza havia perdido o prestígio, e os povos a dignidade.

Tão certo é, como disse o imortal poeta:

Que um fraco rei faz fraca a forte gente.

A família real portuguesa, que deixara de reinar na Europa, segundo os decretos de Napoleão, apenas soube que os fran-

(1) José de Abreu Bacelar Chichorro, que escreveu a *Relação breve e verdadeira da entrada do exército francês em Portugal* (publicada sem nome de autor), Lisboa, 1807.

ceses tinham chegado a Abrantes, embarcou para o Brasil, no dia 27, saindo a barra a 29, véspera da entrada dos inimigos. O povo consternado com a notícia da fuga do regente, correu atrás dele para o cais, suplicando-lhe que não desamparasse os seus fiéis súbditos, que estavam prontos a morrer pela causa da coroa. Todos os habitantes da cidade povoaram as eminências, donde se avistava a nau real, acenando para ela com os lenços, estendendo os braços e soltando brados de clamorosa angústia, que se ouviam no mar! Sua alteza dignou-se mandar dizer aos seus leais vassallos que se encomendassem a Deus e que fizessem bom acolhimento aos seus inimigos! Era conselho prudente e de amigo, para ver se desse modo o seu povo salvava a pele.

Pasmados de não encontrarem nenhum homem decidido, que facilmente os teria varrido a pau, os invasores esperaram a noite, em Sacavém, para se não exporem de dia aos apupos do rapazio. Ali os foram cumprimentar as deputações de Lisboa, mandadas pelos governadores do reino e pela maçonaria! E logo que as sombras nocturnas lhes protegeram a nudez, entraram, indo muita gente ao seu encontro, para lhes dar comida e vestidos. Foi assim que eles conquistaram a capital do país!

Duas únicas pessoas, que se saiba, deram provas de não estarem inteiramente apodrecidas. A primeira foi o comandante da guarda da Fundição, que, indo rendê-lo o destacamento francês, no dia seguinte ao da entrada de Junot, mandou carregar armas e declarou que só entregaria o posto por ordem do seu general. Não sabemos o nome desse militar, por isso o não citamos. Advirta-se, todavia, que talvez fosse mais o respeito pela disciplina quem o moveu, do que o verdadeiro patriotismo. O general mandou logo ordem para que ele rendesse a guarda. A outra pessoa, que desafinou no coro da covardia geral, foi uma lavadeira de Carnaxide. Junot, desconfiando que o príncipe regente estava ainda no Tejo, deu ordem para que se guarnecesse com tropa francesa a torre de S. Julião da Barra, e que se não permitisse a saída de nenhum navio. Partiu logo força para a torre a toda a pressa. Porém, os soldados iam ainda muito cansados da jornada para Lisboa. Às portas de Alcântara quis um deles apossar-se do burro da lavadeira; e esta, apeando-se com rapidez, atirou-o ao chão com dois generosos murros, tornou a montar e seguir o seu caminho pela calçada da Tapada. Os outros soldados continuaram a marchar, sem fazer caso do camarada, e sem pretenderem desafrontá-lo, talvez por julgarem merecida a correção que recebera.

Ninguém mais, que se prove, deu a menor demonstração de hostilidade aos inimigos. O simulacro de governo, que o regente deixara, apressou-se a depor os seus respeitos aos pés de Junot,

de quem foi servil e baixo adulator. Muitos navios de guerra, que podiam ter acompanhado a esquadra para o Rio, deixaram-se ficar no Tejo; os oficiais de todas as graduações, de mar e de terra, ou se meteram em casa, ou foram oferecer-se vergonhosamente para servir os inimigos da pátria. Alguns procederam assim, segundo afirmou quem os quis desculpar, indignados com o vil procedimento da corte e dos soberanos. A verdade, porém, é que a causa principal de tamanhas abjecções proveio do estado de caducidade a que tinha chegado a nação inteira. Só isso explica o serem os próprios soldados portugueses e os seus oficiais, quem investia contra o povo, quando este, passados tempos, pretendia amotinar-se por causa dos vexames que lhe faziam os franceses! Lisboa pagou a sua covardia com o tributo de dois milhões, como era justo que sucedesse.

No dia 1 de Fevereiro de 1808, dois meses depois de ocupada a capital, dissolveu Junot o espantinho, que se chamava governo da regência; declarou excluída do trono lusitano a casa de Bragança; impôs ao país a contribuição de quarenta milhões de cruzados (cem milhões de francos); e nomeou novo ministério em que entravam Pedro de Melo Breyner, o Principal Castro, o Conde de Sampaio e Francisco de Azevedo Coutinho.

A escolha destes portugueses explica-se, talvez, pelo medo que os opressores tinham dos oprimidos; e também pela confiança que os nomeados inspiravam aos inimigos da pátria. Assim imaginava Junot evitar se levantasse contra o jugo francês, visto que no seu governo havia ministros nacionais. Mas isto provava, unicamente, uma vez mais, que:

...também dos portugueses

Alguns traidores houve algumas vezes» (1).

MAR

Em Avelomar, Gomes de Amorim passou toda a sua infância a dois passos do oceano. Com o mar se levanta, e com ele nos ouvidos se deitava. Com ele, porventura, sonhava. Por um triz que não nasceu peixe...

E tomando-se de amores pelo oceano de ao pé da porta, não admira que o mar deixasse larga ressonância no seu cancionero.

(1) Francisco Gomes de Amorim, *O Amor da Pátria*, cap. VII, Lisboa, 1879.

CANTOS MATUTINOS.

287

Oh! se eu partilhasse agora
Esse viver vacillante
Do marinheiro, que a vaga
E o vento levam distante;
Essa vida aventureira
Que arrebatá o navegante!

Oh! se eu tivesse a ventura
De poder hoje partir,
Em busca de novos mares
E novos ceus descobrir!
Se eu pudesse destas praias
Os meus olhos despedir!...

Oh! feliz, se neste instante,
Cessando o meu desvario,
Visse fugir esta rocha
Da pópa do meu navio!
Nunca mais molhára-a quilha
Nas turvas aguas do rio!

Com perigos me esquecera
Das saudades do passado;
Meu coração se tornara
Do balanço apaixonado,
E abordo do meu navio
Seria o mundo olvidado.

Reprodução fac-similada de uma página dos *Cantos Marutinos* de Gomes de Amorim (Lisboa, 1858). Estrofes do poema XXXIV — «Sobre o Rochedo».

Não foi marinheiro de profissão, mas, se o fosse, não faria poesias mais espontâneas ao mar do que as que realmente fez. Conhecia, como a palma das suas mãos, o mar em todas as suas cambiantes: cordeiro mansinho que vem comer à mão, leão de juba alçada capaz de causar horror à própria areia da praia. Conhecia o mar ao levantar do dia, ao cair da noite, sob o céu festivo, ou coberto por nuvens enfarruscadas. Conhecia-o de o ver com os olhos do corpo e da alma, conhecia-o de nele se meter com a volúpia de peixe. A linguagem dos marinheiros a bordo, nas manobras a que as águas encapeladas obrigam, ele a conhecia como se fosse mareante profissional:

*Oh! do leme, encontro! arribal —
Folga a bujarrona, e giba
Olha as bolinas da ré!
Caça a draiva e o traquetel
Ala velacho, e joanete,
Vá de longo! bate o pé.*

*Temos vento Les-Nord-Este,
Já vai o cabo dobrado.
Faz proa de sudoeste;
Aguenta o leme! cuidado. —
Passa talha na retranca.
Olha a escotal volta franca!
Arria mais... de vagar...
Volta! volta! — sete e meia:
O vento não escasseia;
Corre, assim, que é bom andar (1).*

Em *O Corsário*, outra poesia dos *Cantos Marutinos*, é igual o à-vontade na linguagem das manobras:

*— Vira, vira ao cabrestante
De levarriba a virar!
Mete as âncoras a pique,
Que anda o sueste a rondar!
Chega às ad'riças de gavião!
Gajeiro, vai desferrar.*

(1) *Cantos Marutinos*, pp. 49-50, Lisboa, 1858.

E por aí adiante, numa composição que prima pela fluência, pela flagrante espontaneidade, o poeta continua a empregar a linguagem específica de bordo, como se fora marinheiro encartado: «Deita a bossa ao ferro grandel» — «Amura bem o latino». — «Amantilha essa retranca». — «Larga as escotas por mão!» — «A quartela a bujarronal» — «Olha a escota do artimão...»

Gomes de Amorim não falava de cor a respeito do mar. Com ele se tratava por tu. A paisagem oceânica era-lhe familiar. Quer se tratasse do sol espalhado a flux sobre o largo encrespado das ondas, quer do sol poente, abrindo uma vigia espectacular sobre o mundo do ocaso, tudo isso ele presenciava com alma poética:

*O sol no mar se abismava,
E da noite o denso véu,
D'estrelas se recamava,
Estendendo-se no céu.
O oceano sossegado,
Da eterna luta cansado
Parecia agora dormir;
Nem uma brisa gemia;
Só muito ao longe se ouvia
Triste a voz d'alción carpir! (1)*

BELEZA FUGAZ

Em *Rosa Colhida*, Gomes de Amorim simboliza admiravelmente a magnífica beleza de uma adolescente que parecia tocar o céu com a sua cabeça de ninfa descida da mitologia à terra pisada pelos mortais:

*Oh flor, como eras formosa
No botão!
Como a fronte aos céus erguias
Sem olhares para o chão.*

Mas é próprio da rosa ser colhida por mãos cobiçosas, pelo que a altivez de quando se mostrava exuberante no pé, logo se

(1) *Ibidem*, pág. 33.

transformar em tristeza mortiça. Colhida a rosa e bafejada por mau hálito, anda agora de mão em mão. E o poeta pergunta:

*Vês agora como o orgulho
Te enganava?
Não cuidavas,
Que a beleza se acabava.
Ai triste flor!
Agora colhida
Foi-se-te o verdor,
E a cor,
E a vida,
E o amor! (1)*

O símbolo escolhido é felicíssimo. A musicalidade do verso de Amorim tem a leveza de uma ave saltitante e sempre na iminência de levantar lépido voo.

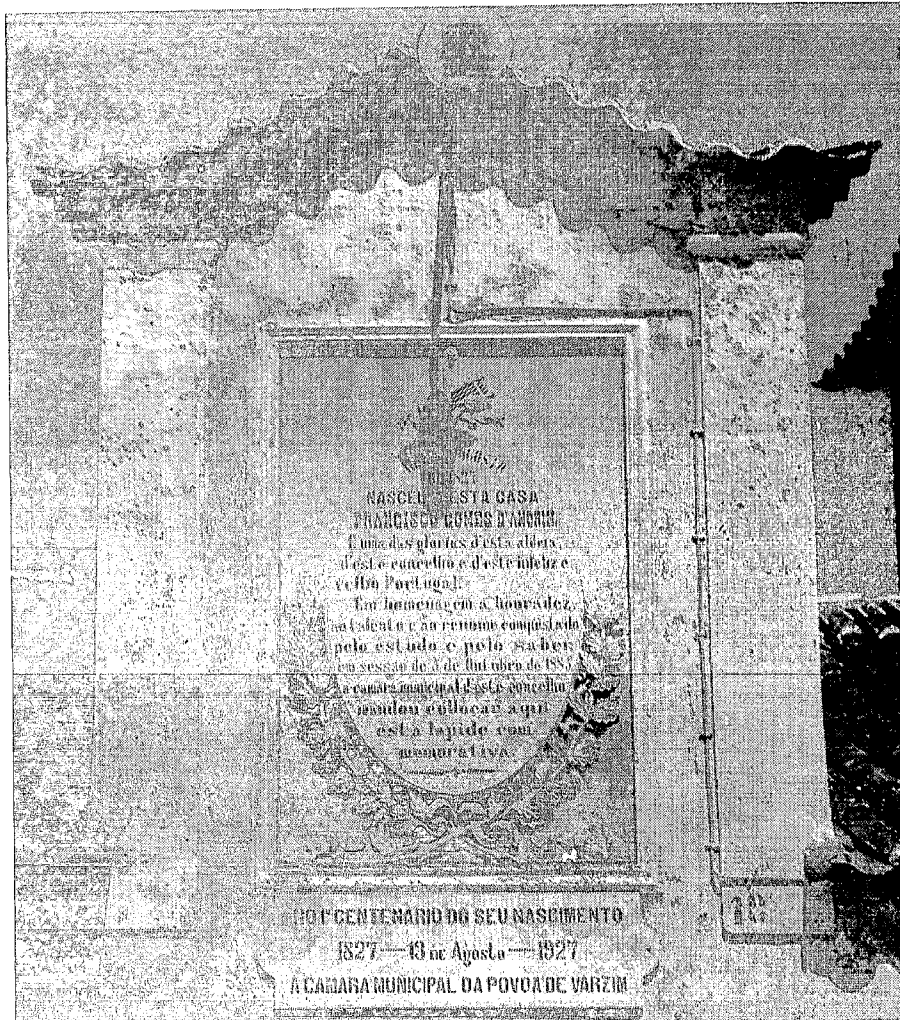
O tema da fugaz beleza feminina o poeta o glosa simbolicamente em *uma flor*, tomando para ponto de partida a seguinte quadra de Zorrilla:

*¡ Pobre flor! ¡ A qué temprana
Déste al mundo tu sonrisa?
Hoy te mece fresca brisa
Pero morirás mañana.*

A glosa de Gomes de Amorim prima pela leveza e pela toada — de si breve — artisticamente ajustada a própria ideia de fugacidade:

*Em madrugada gentil
Surgiste;
Ao primeiro sol de abril
Sorrreste.
Da primavera entre as flores
Viveste;
A luz do céu por amores
Tiveste.*

(1) *Cantos Matutinos*, pp. 53-54, Lisboa, 1858.



Lápides afixadas na casa onde nasceu Gomes de Amorim.

*Quando o orvalho matutino
Passava,
Mel em teu cálix divino
Deixava.*

*Porém o sol de verão
Crestou-tel
Do outono o furacão
Murchou-tel...*

*Assim é toda a beleza,
Fugidia!...
Capricho da natureza,
Flor dum dia (1).*

DINHEIRO

Gomes de Amorim — à imagem de tantos outros poetas, desde Gil Vicente e o Arcipreste de Hita, até Nicolau Tolentino e João de Deus — também deitou sátira ao dinheiro. A sua sátira abre precisamente com a citação de uma quadra de Tolentino — aquela em que este diz:

*Dinheiro, invicto dinheiro
Só em ti é que me fundo;
Tens o direito da força,
Es o tirano do mundo.*

A sátira de Gomes de Amorim apanha uma dúzia de décimas, e assim começa:

*Povos e reis, inclinai-vos,
Meus escravos todos sois!
Diante de mim prostrai-vos,
Artistas, sábios, heróis!
Eu inspiro a paz e a guerra,
E posso tanto na terra
Como Deus pode no céu.
Do vício faço a virtude;
Não preciso quem me ajude,
O ceptro do mundo é meu (2).*

(1) *Cantos Matutinos*, pp. 78-79.

(2) *Ibidem*, pág. 180, Lisboa, 1858.

A sátira continua nos termos e com as ironias que o leitor facilmente entre-advinha. Nem todos, de certo, adoram a Deus. Não falta, porém, quem renda graças ao dinheiro. Ao dinheiro todos cedem: a formosura, que parecia intangível, por ele se vende; a fealdade, que parecia sem consumo, logo toma aspectos de formosura sem par, se possuir cofre recheado; pela alquimia do dinheiro os modestos *viram* vaidosos, os tresloucados ganham discrição. O dinheiro compra os incompráveis, seduz os frios, domina os tiranos, fascina os indiferentes, dá paixão aos álgidos, torpeza aos austeros, encurta distâncias, apaga fronteiras, faz do homem toupeira, lava peçonhas, recompõe famas perdidas, empresta nobreza a plebeus, canoniza malandrins de carreira. Seja o poeta a dizer, na sua sátira, dando voz ao dinheiro:

*Do ministro tenho a graça,
Do magistrado o perdão;
Na igreja como na praça,
Eu ponho tudo em leilão* (2).

Não se diga que tudo isto são hipérboles. Antes o fosse!

JARDIM NUM FURA-CÉUS DE LISBOA...

Gomes de Amorim viveu em Lisboa, no Largo do Carmo, num... arranha-céus daquela época: num quinto andar!

E porque tivesse a paixão das flores, aí arranhou um jardimzinho, ao qual dedicava cuidados maternos. Ele o disse, com bom humor:

«Tenho a minha residência num quinto andar; mas se perventura o leitor quizer alguma vez fazer-me a honra da sua visita, aviso-o, por descargo de consciência, para que não conte a sobreloja, sob pena de achar seis andares».

Subidos os cento e vinte e seis degraus que rematam nesse quinto andar, «penetra-se no meu jardim e salta imediatamente aos olhos a razão da minha vaidade de jardineiro. Instintivamente pensa-se nos jardins da Antioquia; e em todos os vergéis construídos nos cumes de montanhas. E vê-se que todos ficam abaixo deste paraisozinho improvisado a meio caminho do céu. Não faltam aqui plantas raras, nem formosas flores; e, além

(2) *Cantos Matutinos*, pág. 182, Lisboa, 1858.

disso, as ruínas pitorescas e grandiosas do convento do Carmo... e as minhas próprias ruínas, sem hera que as sustenha!

...Deixemo-nos de modéstias mal entendidas! O jardim mais alto que se tem feito no mundo é o meu; fui eu que tive a glória de inventar esta oitava maravilha» (1)

Gomes de Amorim confessa ter o entranhado culto das flores, o mais belo de todos, «depois do culto de Deus, do amor e da amizade».

Fez muitos jardins para os outros. «O penúltimo que ajudei a plantar, foi o de Garrett, na rua de Santa Isabel, n.º 78. Conservei ainda desse um ramo de flores secas, colhidas na noite da morte do poeta, em 9 de Dezembro de 1854, das plantas que ele, dois meses antes, tratava com tanto amor» (2).

Não vivia, de certo, no referido quinto andar, na ocasião em que morreu, porquanto viria a ser vítima de uma congestão provocada pelo desgosto de ver a sua casa inundada, durante um grande vendaval que, na noite de 3 para 4 de Novembro de 1891, assolou Lisboa. Onde então vivia nós o ignoramos, e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, que nos dá conta do anterior pormenor, também no-lo não ensina. Essa mesma obra nos diz que os últimos anos de Gomes de Amorim foram atormentados por cruciante doença cerebral (3).

(1) *Brinde aos Senhores Assinantes do «Diário de Notícias»*, 19-21, Lisboa, 1873.

(2) *Ibidem*, pág. 22.

(3) Todas as ilustrações do presente trabalho foram pesquisadas pelo meu excelente amigo Dr. Flávio Gonçalves. A César o que é de César, a Flávio o que é de Flávio...